

23ª. Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, às 14h30, de forma virtual, por meio da plataforma Zoom, realizou-se a 23ª reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro. Participaram da reunião os seguintes membros do Comitê: Eduardo Bustamante, membro titular (Norsk Hydro Brasil); José Edson Maciel, membro titular (Alunorte Alumina do Norte do Brasil S/A); Marcelo Moreno, membro suplente (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará – Semas); Eduardo Gonçalves, membro titular (Ministério Público Federal – MPF); Juliana Nobre, membro titular (Prefeitura Municipal de Barcarena – PMB); Marcos Lobato, membro suplente (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de Barcarena); Mário Santos, membro titular (1ª Representação da Sociedade Civil); Jackeline Sales, membro titular, e Rosenilda Evangelista, membro suplente (2ª Representação da Sociedade Civil); Leandro Azevedo, membro titular, e Gracilene Barreto, membro suplente (3ª Representação da Sociedade Civil); Fátima Solange, membro titular, e Fabiano Azevedo, membro suplente (4ª Representação da Sociedade Civil); Amauri Figueiredo, membro suplente (5ª Representação da Sociedade Civil); Elidiane Cardim, membro titular (6ª Representação da Sociedade Civil); Rosa Maria Dias da Silva, membro titular, e James Pompeu Pereira, membro suplente (7ª Representação da Sociedade Civil); Elisomar Barreto, membro titular, e Ivo Torres, membro suplente (8ª Representação da Sociedade Civil); Maria das Graças Pereira, membro titular, e Hamilton Caminha, membro suplente (9ª Representação da Sociedade Civil). Também estiveram presentes, na condição de convidada: Rosa Mendes, coordenadora de projetos industriais (SEMAS). Justificaram a ausência: Vera Nascimento (1ª Representação da Sociedade Civil); e Renato Belini de Oliveira Costa (Ministério Público do Estado do Pará MPPA). Além destes participantes, representando a secretaria executiva do Comitê, estavam as seguintes pessoas: Edane França Acioli, João Daltro Paiva, Paulo Pantoja e Raphael Castro (IEB). Os membros presentes receberam a formalização do convite via E-mail expedido pela secretaria executiva do Comitê, em 23 de março de 2022, onde também constava a data e a pauta desta reunião, aprovadas durante a reunião do dia 25 de janeiro de 2022. Antes do início da pauta, Edane Acioli fez uma breve explicação com instruções iniciais acerca da dinâmica de reuniões em espaços virtuais. Dando início aos trabalhos, é declarada a abertura da 23ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC. Adentra-se no primeiro ponto de pauta: **1) Temas ordinários. 1.1) Informes.** Neste momento são anunciados os nomes dos novos membros eleitos da 9ª representação da sociedade civil, Maria das Graças Figueira Pereira, membro titular e Hamilton José Moreira Caminha, membro suplente, que passaram por um processo de mobilização social virtual, em fevereiro de 2022, representando os bairros de Barcarena-Sede: Aruã, Bacabal, Barbolândia, Betânia, Cafezal, Bairro Centro, Bairro Comercial, Nazaré, Bairro Novo I e II, Pedreira e Zita Cunha, em Barcarena (PA). Edane conclui informando que, por dificuldade de acesso à internet e à telefone nas ilhas Arapiranga, Mucura e Ilha das Onças, a mobilização para a escolha da Representação 10 ainda estava sendo realizada, com previsão de conclusão em início de

abril. Em seguida, passa-se para o ponto **1.2) Aprovação da ATA da 22ª Reunião (25.01.2021)**. Paulo Pantoja informa duas correções assinaladas pela secretaria executiva na página seis da ata, onde se faz referência a “19 cláusulas” e, posteriormente, a “37 cláusulas”, sendo corrigido para “19 itens” e “37 itens”. Edane informa que não houve pedidos de revisão dos membros. Após manifestações de concordância com o texto, a ata foi considerada aprovada pela maioria. Passa-se para o ponto **1.3) Leitura dos encaminhamentos pendentes: 1.3.1) Estruturação e funcionamento do Comitê de Acompanhamento (Regimento Interno)**. Edane informa que, após a finalização do processo de mobilização e escolha da Representação 10, o documento será compartilhado com os membros para que todos possam dar suas contribuições finais. **1.3.2) Cartão alimentação**. Nos meses de janeiro e fevereiro, os signatários enviaram e-mails para os membros da sociedade civil com informações gerais sobre o início da última fase de entrega dos cartões-alimentação, que se iniciou em março. No dia 09 de março de 2022, o IEB organizou um encontro de nivelamento com os membros da sociedade civil, compartilhando as informações, comunicados e e-mails mais recentes sobre o tema que foram enviados pelos signatários. **1.3.3) Programa de pesquisa e desenvolvimento para utilização a partir do resíduo da bauxita da Hydro (Item 8.13 do TAC)**. Edane informa que no dia 09 de março de 2022 a Hydro compartilhou um e-mail com as respostas ao Item 8.13 do TAC, que foram tratadas pelo pesquisador Marcelo Montini, referente às questões feitas pelos membros do CA durante a 21ª reunião do CA. **1.3.4) Cláusula 2.1.4 do TAC** (Investimento de até R\$ 5 milhões na criação e implantação de sistemas alternativos de tratamento e distribuição coletiva de água potável ou outra solução técnica viável). Edane informa que ocorreram duas reuniões sobre o tema “Consultas Prévias, Livre e Informadas”, uma no dia 11/01, outra no dia 26/01, e envolveram tanto os signatários quanto a Prefeitura de Barcarena, a Agência Reguladora de Serviços Públicos (ARSEP), a concessionária Águas de São Francisco e as lideranças das comunidades diretamente envolvidas no projeto, especialmente as comunidades quilombolas. Outras reuniões paralelas ocorreram entre os signatários, Prefeitura, ARSEP e a concessionária para tratar sobre o projeto de expansão do sistema de água visando revisar o plano geral, além dos valores previamente estabelecidos. O resultado dessas reuniões ainda não foi compartilhado. Existe ainda uma reunião pendente entre a concessionária e os membros da sociedade civil para tratar de dúvidas sobre o cronograma de expansão dos serviços, mas esse encontro depende do fechamento da área dos projetos, que acontecerá nas reuniões entre a concessionária e os signatários, somente após isso será possível compartilhar o novo cronograma para avaliação e debate com os membros da sociedade civil. Ainda sobre os encaminhamentos pendentes, dois itens a serem atualizados, **1.3.5) Termos de Referência para contratação de auditorias independentes** e **1.3.6) Plano de Aplicação para o recurso das multas depositados no FEMA** serão tratados no próximo ponto da pauta sobre a atualização das cláusulas do TAC. Na sequência, passou-se ao ponto principal da pauta: **2) Atualização de Item do TAC, ponto 2.1) Atualização do status de análise e aprovação dos termos de referência para contratação das auditorias independentes**. Eduardo Bustamante apresentou o status de implementação das cláusulas referentes às auditorias independentes. Inicialmente apresenta uma tabela resumo com as colunas indicando a auditoria independente, o item do TAC ao qual ela está relacionada, o posicionamento mais recente da Semas e do MPF sobre o termo de referência da auditoria, no quesito “Aprovado”, “Em análise” e “Envio de avaliações e

comentários”. Eduardo prossegue exemplificando o item 2.1.1A do TAC, que é associado ao estudo socioeconômico e etnográfico e informa, através do status do andamento do item, que o termo de referência recebeu comentários do MPF no dia 24 de janeiro de 2022 e que foi aprovado no dia 28 de janeiro de 2022 pelas Semas. E no dia 19 de abril de 2022, haverá uma reunião com as partes signatárias para ajustes e definições sobre esse item 2.1.1A. Eduardo informa que a Hydro continuará atualizando a tabela de status dos termos de referência, periodicamente, postando-a no novo site oficial do TAC Hydro (www.tachydro.com.br), dedicado a fornecer informações gerais sobre o TAC, para que toda a sociedade civil possa acompanhar. Eduardo avança para o item 2.1.1C, que está relacionado à avaliação epidemiológica, dizendo que este termo de referência recebeu sugestões do próprio Comitê de Acompanhamento, bem como do MPF, para a sua melhora e, por isso, precisou ser tratada internamente uma nova versão do termo de referência que foi protocolada no dia 23 de março de 2022, estando, novamente, em análise pelo MPF e Semas. Eduardo prossegue falando sobre as auditorias independentes na área ambiental, que compreendem o item 2.1.1, nas letras “B”, “D” e “F”, informando que a Semas aprovou o termo de referência no dia 05 de fevereiro de 2021, e após outras tratativas, o MPF fez recomendações ao termo de referência no último dia 27 de janeiro de 2022. Essas recomendações foram tratadas pela Hydro em fevereiro e, em uma reunião técnica que ocorreu no dia 24 de março de 2022, gerando como encaminhamento uma nova versão do termo de referência a ser protocolada até o dia 19 de abril de 2022, que é a data da próxima reunião entre as partes signatárias, entrando novamente para o período de análise. Eduardo, em seguida, fala sobre o item 5.1, relacionado à auditoria do plano de ação emergencial, informa que o termo de referência foi aprovado tanto pelo MPF (20/07/2022) quanto pela Semas (28/01/2022), e que o processo de contratação da empresa responsável pela auditoria está em andamento, com prazo de conclusão para agosto de 2022. Eduardo continua sua apresentação falando sobre o item 3.1, que é relacionado à auditoria de segurança dos depósitos de resíduos, informando que o termo de referência foi aprovado tanto pelo MPF (19/08/2019) quanto pela Semas (05/02/2021), que o processo de contratação já foi concluído e que a auditoria já está em andamento, conclui dizendo que a Hydro está verificando as possibilidades para ampliar a visibilidade e acompanhamento da auditoria pela sociedade civil, assim, o site terá um papel importante na publicização desse processo e na facilidade de acesso às informações referentes a essa auditoria. Eduardo prossegue apresentando o item 4.1, que está relacionado ao processo produtivo, informando que o termo de referência foi aprovado pela Semas no dia 28 de janeiro de 2022, mas que a Hydro recebeu comentários do MPF sobre o termo de referência no dia 31 de janeiro de 2022 e que, após análise interna, os encaminhamentos serão tratados na reunião com as partes signatárias no dia 19 de abril de 2022, sendo uma última fase para o fechamento dos entendimentos sobre os comentários e reflexões trazidas para a aprovação dos termos de referências que ainda não foram aprovados. Eduardo finaliza sua apresentação falando sobre o item 2.1.1 como um todo, que está relacionado à análise integrada dos estudos e auditorias, explicando que, após a realização de todas as auditorias citadas anteriormente, haverá uma análise integrada dos resultados das auditorias independentes, que prevê o levantamento e cadastramento da população, de acordo com os resultados dessa análise integrada, comentando que a Semas aprovou o termo de referência em 05 de fevereiro de 2021 e que o MPF fez o envio de comentários no dia 28 de janeiro de 2022, e, por fim, que haverá uma reunião entre as partes

signatárias, sem data agendada, para discutir essas duas iniciativas. Após a apresentação, Eduardo reforça que, em abril, está agendada uma reunião com as partes signatárias que visa finalizar os entendimentos sobre as alterações nos termos de referência que estão em aberto, **comprometendo-se em manter a tabela atualizada no site do TAC sempre que houver novos movimentos por parte dos signatários**. Edane retoma a palavra e abre as inscrições para os membros sobre a apresentação de Eduardo Bustamante. Jackeline Sales pergunta se há previsão que para a auditoria de avaliação epidemiológica se inicie. Eduardo responde que ainda não há prazo estipulado, pois a nova versão do termo de referência para análise foi protocolado no dia 23 de março de 2022, mas, que irá **consultar as partes signatárias sobre qual é o prazo para que o termo de referência seja finalizado e informará ao CA**. Jackeline inquire sobre **quais foram as mudanças que o termo de referência sofreu com as considerações feita pela sociedade civil e pelos demais membros do CA**. Eduardo responde que os detalhes sobre o termo de referência podem ser dados pelo responsável técnico de cada documento e que isso pode ser feito em um momento específico do tema, continua informando que as contribuições da sociedade civil causaram a melhoria do termo de referência, ao mesmo tempo que essas revisões levam tempo para serem feitas internamente, o que causa atraso no processo, mas que, todas as contribuições colaboram para que o termo de referência seja o mais completo possível. **Ficando como encaminhamento que a Hydro disponibilize ao CA informações sobre quais foram as principais mudanças entre as versões do termo de referência das auditorias de saúde**. Edane passa a palavra para Eduardo Gonçalves, que explica que no processo judicial existe uma fase chamada de “fase de conhecimento judicial” e que essa fase costuma demorar anos para ser concluída, no caso desse TAC, não houve essa fase, passando-se diretamente para a execução das ações previstas. Há outra diferença no processo que envolve o TAC, que é quando uma ação civil pública é iniciada, no caso de matérias ambientais, a indenização é feita através de um fundo de direito difuso, ligado à uma conta da União, podendo o recurso ser usado em qualquer lugar do país, no caso do TAC Hydro, o recurso está sendo aplicado diretamente nas comunidades afetadas e com a participação dos afetados. Eduardo Gonçalves concluir dizendo que toda a participação, seja ela na forma de sugestão, reclamação ou crítica é utilizada para melhorar a aplicação do TAC e dar retorno à sociedade, dentro dos limites legais de atuação do MPF. Mário Santos sugere que o Comitê Técnico do TAC faça explicações sobre os itens que foram apresentados na reunião. Mário diz também que a sociedade civil tem participação ativa no acompanhamento dos compromissos descritos no TAC, afirmando que as auditorias independentes, que têm relação com a avaliação epidemiológica e os estudos socioeconômicos e ambientais, que beneficiariam de forma direta os atingidos, ainda não foram iniciados, assim, informa que, as comunidades quilombolas e tradicionais que formam a representação 1 da sociedade civil no CA do TAC farão uma reunião sobre o tema para avaliar a situação, caso seja considerado pelas comunidades que não há avanços na finalização dos termos de referência citados para a contratação das auditorias independentes, as comunidades irão se retirar do TAC, pois não estão se sentindo contempladas. **Mário Santos solicita que tenha maior participação do Comitê Técnico da Semas e do MPF, nas explicações acerca das auditorias independentes, solicitando a maior participação da Semas nessas explicações**. Edane lê a pergunta de Fátima Solange, registrada no chat: **“os estudos epidemiológicos serão feitos somente nas comunidades diretamente atingidas ou também serão**

feitos nas comunidades indiretamente atingidas”, na sequência, passa a palavra para Elidiane Cardim, que inicia dizendo que as comunidades da 6ª representação, as quais ela representa, não fizeram parte das medidas emergenciais, mas que, ainda aguardam pelas auditorias independentes, que estão a passos lentos, sendo que o TAC tem mais de 4 anos sendo executado. Conclui falando da importância das auditorias de segurança nos depósitos de resíduos sólidos para a população e solicita rapidez na inicialização da auditoria que trata da avaliação epidemiológica, além da maior participação do Comitê Técnico nas explicações detalhadas sobre as auditorias. Elidiane finaliza **questionado se ainda será possível encontrar algum vestígio de metais pesados no organismo da população, através dos exames, utilizando cabelo ou sangue, já que se passaram mais de 4 anos desde o evento de 2018, ou se será necessário pensar em outra forma de fazer essa avaliação.** Edane registra, antes de passar a palavra, que Fabiano Azevedo, através do chat, **sugere que o detalhamento que será trazido pelo Hydro mostre todos os prazos vencidos de forma esquematizada, contendo cada data referente aos prazos inicialmente dados para que cada auditoria independente fosse contratada.** Eduardo Gonçalves avalia que a saída de qualquer comunidade do TAC não terá efeito benéfico para essas comunidades, orientando que se formalizem as insatisfações e encaminhem ao MPF e aos demais membros signatários do CA, para que essa demanda gere uma iniciativa das partes signatárias. Eduardo conclui reforçando que as comunidades que não se sentirem contempladas com o TAC podem buscar seus direitos por meio judicial, mas, avalia que o canal de comunicação gerado através do CA, pode ser aproveitado para receber demandas das comunidades, desde a fiscalização do cumprimento das cláusulas até a convocação de membros do Comitê Técnico para esclarecer itens que precisem de maior detalhamento. Amauri Franco reforça o incômodo das comunidades e lideranças com a demora no cumprimento das auditorias que atenderão aos moradores, pontua que, apesar da comunidade Fazendinha estar próxima da área atingida, ela não foi assistida com as iniciativas emergenciais, o que gera uma grande pressão dos moradores nas lideranças que estão presentes no CA do TAC, conclui solicitando que os termos de referência possam ser aprovados de forma mais rápida para que as auditorias se iniciem. Edane registra que Fabiano Azevedo, através do chat, **pergunta se a auditoria independente relacionada aos estudos epidemiológicos incluirá as crianças e as grávidas, se serão coletadas amostras de sangue ou cabelo e qual será a área a ser coberta dentro dessa auditoria.** Fabiano pede a palavra e inicia reforçando a solicitação de que seja incluída, na tabela de status dos termos de referência, as seguintes informações: **quantidade de prazos vencidos; quais foram as modificações solicitadas de uma versão para outra dos termos de referência e quem foi responsável pelo pedido de postergação para revisão do termo,** para que fosse incluída tais modificações. Fabiano frisa a demora em aprovar os termos de referência e que os estudos epidemiológicos devem ser prioridade, visto que existe uma grande expectativa dos moradores para o começo dessa iniciativa, conclui dizendo que existem outros laudos do Instituto Evandro Chagas e do Laboratório de Química Analítica e Ambiental (Laquanam), que comprovam o adoecimento e contaminação por metais pesados de moradores por influência de atividades industriais. Rosa Maria pergunta a Eduardo Bustamante **se as análises que serão feitas pelas auditorias independentes são novas ou se, no passado, já foram feitas outras análises dos moradores, do solo, ar, água, etc.,** Rosa frisa que também é, constantemente, procurada pelos moradores que

querem saber informações sobre o TAC, mesmo com a disponibilidade das ferramentas promovidas para este fim, como, por exemplo, o canal direto da Hydro, através do número 0800. Eduardo responde à Rosa, informando que as análises são relacionadas aos eventos das fortes chuvas de 2018 e que a Hydro segue empenhada em dar rapidez à aprovação dos termos de referência para que se iniciem as contratações das empresas que farão as análises previstas nos itens do TAC, no entanto, esses prazos não dependem exclusivamente da Hydro, demandando a participação de outros membros do TAC para posterior aprovação. Eduardo **solicita que as questões sejam sistematizadas pela secretária executiva e reforça, como encaminhamento, que as dúvidas mais específicas, como as questões sobre a metodologia utilizada para detectar metais pesados no organismo, sejam respondidas pelos responsáveis técnicos**, que podem, se o comitê achar pertinente, ser convidados para prestar maiores esclarecimentos, algo já feito em reuniões passadas. Eduardo reforça a importância de que as críticas, sugestões e reclamações das comunidades sejam formalizadas, visando melhorar o debate no espaço promovido pelo CA, além do maior entendimento acerca do que se precisa melhorar dentro das iniciativas que estão sendo cumpridas, frisando que a participação das comunidades quilombolas é muito importante na contribuição para o avanço das ações que estão previstas, dando visibilidade e transparência para os resultados que serão obtidos através do cumprimento das cláusulas e itens do TAC. Eduardo conclui dizendo que a Hydro se compromete a enviar as respostas em um prazo de até 15 dias, após o recebimento das questões sistematizadas pela secretaria executiva, salvo se houver questões de natureza técnica, que possam demandar mais tempo para serem respondidas. Edane retoma lembrando que a pauta da reunião era a atualização do status dos itens do TAC, relacionados às auditorias independentes, não sendo pauta o detalhamento de cada um dos termos de referência. Assim, reforça que as questões que necessitam de maior detalhamento serão sistematizadas e enviadas à Hydro. Edane registra a dúvida de Ivo Torres que, através do chat, **pergunta qual seria a área de abrangência das auditorias independentes**. Fabiano pede a palavra, solicitando que a Hydro escute as comunidades e as lideranças, reconhece também a importante socioeconômica que a Hydro gera ao município de Barcarena, refletindo que as comunidades e lideranças sempre estarão disponíveis para contribuir no que puderem para a melhoria das ações do TAC e outros temas que dizem respeito à responsabilidade social, agradecendo a participação de todos os membros do CA. Mário Santos reforça duas solicitações dos membros: **a primeira** é sobre o detalhamento das mudanças feitas nos termos de referência, trazendo a justificativa pelo atraso no cronograma de aprovação e início das auditorias; **a segunda** é sobre os esclarecimentos acerca de qual será o material utilizado na metodologia de coleta dos estudos epidemiológicos (cabelo, sangue ou outro), detalhando os procedimentos das análises técnicas. Solicitando que as apresentações com os esclarecimentos sejam conduzidas por membros do comitê técnico. Mário conclui solicitando maior facilidade de acesso aos termos de referência atualizados, e que haja rapidez na aprovação dos termos de referência para que as auditorias possam ser iniciadas e a população comece a ser atendida. Ivo Torres reforça os questionamentos referentes à metodologia de coleta do material biológico nas auditorias dos estudos epidemiológicos e sobre **como serão calculadas as perdas econômicas dos comerciantes das áreas litorâneas como, Caripi, Itupanema, Fazendinha e ilhas**. Passa-se, então, para o segundo ponto de pauta da reunião **2.2) Atualização sobre a elaboração do plano de aplicação dos valores das**

multas depositados no FEMA. Com o avançar do horário da reunião, por conta do tempo de discussão durante a pauta anterior, este segundo ponto de pauta se iniciou às 16h55, assim, Edane pergunta a Marcelo Moreno (Semas) se é possível que ele faça a apresentação do ponto de pauta em até 15 minutos. Mário Santos sugere que não seja feita a apresentação, pois não se sentiria completado sem o tempo de debate. Alguns representantes da sociedade civil se manifestam concordando com o Mário Santos. Após consulta ao quórum, fica definida que a pauta será reportada para a próxima reunião do CA. Mário Santos **sugere que Marcelo Moreno faça o compartilhamento de sua apresentação com o CA e os membros contribuam através do e-mail.** Elidiane Cardim sugere que outra reunião seja agendada com pauta única para a apresentação pela Semas. Marcelo Moreno concorda que em uma reunião extraordinária seja agendada para tratar somente da atualização desse ponto de pauta. **Ficando registrado, como encaminhamento, que a apresentação será compartilhada pela Semas com os membros do comitê de acompanhamento do TAC para recebimento de sugestões.** Em seguida, Marcelo comenta quais seriam os assuntos a serem apresentados por ele: informe sobre a atualização do valor total das multas depositadas no Fema; atualização do plano de aplicação dos valores depositados no Fema e das solicitações que o MPF fez para a Semas acerca dos encaminhamentos de propostas da sociedade civil. Em seguida, Marcelo compartilha a imagem da tela inicial do site da Semas, exemplificado um protótipo de portal de recebimento de propostas, que está sendo desenvolvido pela Semas, voltado exclusivamente para o envio sistematizado de propostas de projetos da sociedade civil para ter acesso aos recursos no âmbito do Fema, e que, após o cadastramento das propostas, os projetos serão avaliados pelo comitê gestor. Mário Santos se pronuncia, dizendo que no último evento de capacitação, promovido pela secretaria executiva, a sociedade civil se alinhou em torno da ideia de um plano de aplicação baseado no formato de editais do Fundo Dema, que contemplaria de forma mais abrangente as comunidades, com o envio dos projetos a serem analisados. Marcelo Moreno sugere alinhamento de agendas para que se discuta a criação conjunta, entre membros da sociedade civil do CA e Semas, de um edital que atenda a este formato de chamada de projetos, e diz que aguardará a formalização das propostas e demais contribuições dos membros da sociedade civil nos canais da Semas. Elidiane Cardim cobra da Semas a ata da reunião do comitê gestor do Fema, ocorrida em Barcarena, e pede maior organização da Semas com os encaminhamentos precedidos das reuniões do CA. Marcelo Moreno informa que a ata já foi digitalizada, mas que precisa passar por uma revisão interna e, em breve, será enviada para os e-mails de Elidiane Cardim e Mário Santos, o mesmo também será enviado para a secretaria executiva, para ampliação do alcance. Edane registra **dois encaminhamentos: o compartilhamento da apresentação que seria feita por Marcelo Moreno na segunda pauta da reunião; a sociedade civil encaminhar uma proposta de organização para o edital do plano de aplicação dos recursos depositados no Fema.** Elidiane Cardim solicita que Marcelo esclareça qual é a função do comitê gestor provisório do Fema e se ele será dissolvido no futuro. Marcelo explica que, inicialmente, o comitê gestor tinha apenas membros que pertenciam à Semas, que decidiu ampliá-lo, convidando membros do CA para ajudar na criação do plano de aplicação, e a sociedade civil do CA indicou Mário Santos para participar do comitê gestor, tendo, recentemente, Rozemiro Brito, indicado pela sociedade civil do TAC, como seu suplente. Em reunião realizada com o MPF, houve a sugestão, que foi acatada pela Semas, que fossem incorporados, de maneira provisória,

dois outros representantes da sociedade civil, um representante das ilhas de Barcarena e outro representante das ilhas de Abaetetuba. Após esse período será feita a reorganização desse comitê, usando um método que dê transparência a todo o processo. Fabiano diz que é muito importante que os recursos oriundos do Fema sejam utilizados de acordo com o edital a ser construído e que a área geográfica, que esse recurso abrangerá, deve ser visto com muita atenção, visto que o comitê gestor do plano terá um representante das ilhas de Abaetetuba, território que se estende para além das comunidades localizadas próximas à Vila de Beja, o que pode gerar controvérsias no momento de disponibilizar o recurso, sendo importante discutir, no edital, qual é a área geográfica a ser atendida pelo recurso do Fema. Mário Santos entende que, em relação à delimitação geográfica, deva ser usada a área que abrange as comunidades que atualmente estão no CA, nas 10 representações da sociedade civil, podendo outras regiões serem incluídas posteriormente. Passou-se para o último ponto, definição da **3) Pauta e data da próxima reunião**. Houve uma sugestão de pauta para a próxima reunião do CA para se trazer o detalhamento do termo de referência do estudo epidemiológico. Os membros se manifestaram concordando com a sugestão da pauta. Assim, a próxima reunião ocorrerá, ainda em formato virtual, com a seguinte pauta única: **1) Detalhamento do termo de referência relacionado ao item 2.1.1C do TAC (Desenvolvimento de avaliação epidemiológica, clínica e laboratorial das comunidades que compõem as representações de interesse do TAC)**. Ficando agendada a próxima reunião ordinária para o dia **31 de maio de 2022, às 14:30h**. Em seguida, a maioria concordou que haja uma reunião do CA, em caráter extraordinário, com a seguinte pauta única: **1) Atualização sobre a elaboração do plano de aplicação dos valores das multas depositados no Fema**. Ficando agendada a reunião, em caráter extraordinário, para o dia **14 de abril de 2022, às 15:00h**. Após as manifestações dos presentes, foi dada por encerrada a reunião às 17h45, o IEB, na condição de Secretaria Executiva, lavrou a presente ata.